



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO 2012**

Rio de Janeiro / 2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n° 63/2010, da DN TCU n° 119/2012, da Portaria TCU n° 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Rio de Janeiro / 2012

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	8
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	10
1 - IDENTIFICAÇÃO - RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL (QUADRO A.1.1)	10
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	11
1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL	13
1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	14
1.5 – MACROPROCESSOS DE APOIO	15
1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS.....	15
2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	16
2.1 – PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	16
2.2 – ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	18
2.3 – EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	19
2.4 – INDICADORES	22
3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	28
3.1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	28
3.2 – AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	28
QUADRO A.3.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	28
3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	30
4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	31
QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO	31
QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	31
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	31
QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO.....	32
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	33
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	36
QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	36
QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	36
QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	37
QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	39
QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	40
QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	41
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	43
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	44
5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	45
QUADRO A.5.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	45
QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	45
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	46
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	46
QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	47
QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	47
6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	48
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	48
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12.....	48
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	49
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	49
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	49

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	50
QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	51
QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	51
QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	51
QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	51
QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	52
QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)	52
QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO	52
QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UJ	53
QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	53
QUADRO A.6.17 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	55
QUADRO A.6.18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	55
QUADRO A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	58
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	59
7.1.. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	59
7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	61
QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO ..	61
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	61
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	62
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	62
9 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	64
QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	64
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	65
10 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVA.	66
10.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	66
QUADRO A.10.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	66
QUADRO A.10.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	67
QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	68
QUADRO A.10.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	69
10.2 – INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	69
10.3 – DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	70
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	70
10. – DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	71
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	72

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União- TCU.

Alguns itens do Anexo II da Portaria – TCU nº 150/2012, de 03 de julho de 2012, apesar de se aplicarem à natureza do Instituto Benjamin Constant – IBC, não foram realizados:

No item 1, Quadro A.1.1, Identificação da Unidade, não foram elaborados manuais ou publicações com as atividades do IBC no exercício.

No item 3, os Quadros A.3.2; A.3.3 e A.3.4 não se aplicam ao IBC.

No item 4, Quadros A.4.1, Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, o Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre os Programas Governamentais, somente nas Ações que serão apresentadas no decorrer deste Relatório, e A.4.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ, não se aplica a esta UJ e será motivo para prestação de contas pelo próprio MEC.

No item 5, Resumo dos Instrumentos de Transferências que vigerão em 2012 e exercícios seguintes - Quadro A.5.5 o IBC não possui qualquer convênio, termo de parceria e ou termo de compromisso, que se encontre em vigor. As prestações de contas foram apresentadas no próprio exercício.

No Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse, o IBC não firmou quaisquer instrumentos para transferências de recursos.

Nos quadros referentes às despesas realizadas por meio de suprimento de fundos e despesas com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – Quadros A.5.8, A.5.9, A.5.10 e A.5.11 – não houve utilização pela unidade. Os cartões e a conta foram cancelados junto ao Banco do Brasil.

Nos Quadros A.5.13, A.5.14, A.5.15, A.5.16, A.5.17, A.5.19, A.5.20, A.5.21, A.5.22 e A.5.23 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ o Instituto Benjamin Constant não é beneficiado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No item 6, Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados – Quadro A.6.15 – não realizamos Concurso Público no ano de 2012. Foi autorizado pelo MPOG, através da Portaria nº 450, de 18/09/2012 o provimento de 71 cargos, distribuídos entre docentes e técnico-administrativos, Edital nº 4 de 14/12/2012, publicado no DOU de 17/12/2012. A divulgação do resultado final está prevista para o dia 03/04/2013.

Informamos que alguns itens da Portaria TCU nº 150/2012 não se aplicam ao IBC.

O Instituto Benjamin Constant não tem nenhuma Unidade Gestora ligado, conforme informado no item I, Identificação da Unidade.

No item 7, Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – Quadro A.7.2 – informamos que a Instituição possui sede própria.

No ano de 2012 houve um incremento nas atividades desenvolvidas dentro da ação Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica em cumprimento as nossas competências regimentais: criamos o Núcleo de Capacitação e Empregabilidade, cujo objetivo é inserir a pessoa com deficiência visual e surdocega no mercado de trabalho. Durante o ano foram contratados por diversas empresas 47 reabilitandos. Através do Centro de formação em Terapias Alternativas foram qualificados 119 reabilitandos nos diversos cursos realizados ao longo do ano.

Ainda na área de qualificação da pessoa com deficiência visual, através de parcerias firmadas com o SENAC e o Instituto Empreender foram capacitados 44 reabilitandos nos cursos de montagem de arranjos florais e artesanato com material reciclado e operador de elevador e 58 alunos, através do Projeto EnterJovem nos cursos de formação sócio-profissional e inglês, respectivamente.

Ainda nesta ação, a Divisão de Capacitação de Recursos Humanos promoveu 41 cursos que capacitou 1.312 concluintes na área da deficiência visual.

Em outubro de 2012, em parceria com a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC/Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro - ISERJ teve início

o curso de pós-graduação Lato Sensu “O Processo de Letramento e Alfabetização do Aluno com Deficiência Visual (cegueira ou baixa visão) – da Educação Infantil ao 1º ano do Ensino Fundamental”, que conta com 24 participantes e previsão de término para março de 2014.

Foram realizadas 03 pesquisas respeitando os formatos científicos: Principais Fases da Lua, Órbitas da Lua e Jogo do Sistema Monetário. Dentro das competências do IBC foram produzidas e distribuídas 4.979 cópias de audiolivros, 12.847 unidades de material grafotátil e ainda 452 unidades de material em 3D.

Produzimos 03 edições das revistas Pontinhos, Revista Brasileira para Cegos e Revista Benjamin Constant. Foram editorados e impressos em Braille 179 livros didáticos e paradidáticos dentro do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e do Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE e encaminhados para as escolas e bibliotecas da rede pública de todo país. Distribuimos para os assinantes das nossas 03 Revistas em todo o território nacional e alguns países de língua portuguesa 27.582 exemplares.

Eventos realizados ao longo do ano de 2012: Fórum pelo Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência; IV Encontro de Audio-descrição: Imagens que Falam; IV Encontro pelo Dia Mundial da Alimentação, em parceria com a UNI-RIO; I Seminário sobre Envelhecimento Saudável; 10 palestras Conversando com o Autor.

Na área da prevenção à cegueira – ação Apoio à Residência em Saúde – foram realizadas duas campanhas, em parceria com o Instituto João Ferraz Campos – Projeto “Ver para Aprender”, no município de Japeri que atenderam 450 crianças e 82 adultos. Ainda dentro dessa ação foram realizados 25.370 atendimentos oftalmológicos ambulatoriais e 1.812 cirurgias. A Residência Médica é composta por 18 médicos, sendo 06 R1; 06 R2 e 06 R3.

Eventos realizados dentro dessa ação: Jornada Anual do Setor de Retina do IBC, com a participação do Grupo de Retina do Rio de Janeiro; II Curso Teórico Prático de Lentes de Contato do IBC, em parceria com a Sociedade Brasileira de Lentes de Contato e Sociedade Brasileira de Oftalmologia.

Na ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação foram realizados 42 cursos e 111 servidores capacitados.

As principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização de suas metas no exercício é, sem dúvida, a falta de recursos humanos, em todas as áreas.

Nos últimos anos houve um aumento considerável de matrículas de crianças que apresentam síndromes que necessitam de atendimento especializado, por isso, vimo-nos obrigados a recorrer à terceirização. São carreiras que não compõem o nosso quadro efetivo, mas que são fundamentais para o desenvolvimento dos nossos alunos.

1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 00244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Instituto Benjamin Constant				
Denominação abreviada: IBC				
Código SIORG: 00251		Código LOA 26105		Código SIAFI 152004
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00394.445/0272-12	
Principal Atividade: Educação Infantil e Ensino Fundamental			Código CNAE: Grupo 851	
Telefones/Fax de contato:		(021) 3478-4442	(021) 3478-4440	(021) 3478-4438 Fax :(021) 3478-4440
Endereço eletrônico: dirgeral@ibc.gov.br				
Página da Internet: http://www.ibc.gov.br				
Endereço Postal: Avenida Pasteur, Nº 350/368 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 22290-240				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Decreto Imperial nº 1428 de 12 de setembro de 1854 com denominação dada pelo Decreto nº 1320 de 24 de janeiro de 1891.				
Finalidade da Unidade Jurisdicionada: Educação e Reabilitação das pessoas portadoras de deficiência da visão; Capacitação de Recursos Humanos nas áreas: pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica; Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas; Construção e Difusão do Conhecimento; Apoio Técnico ao Sistema de Ensino em âmbito nacional; Instrumentalização para a Integração Social; preparação da pessoa portadora de deficiência visual para o trabalho e a prevenção às causas da cegueira.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Portaria nº 325 de 17 de abril de 1998 – Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant Publicação no DOU do Regimento Interno: 22 de abril de 1998				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
Não ocorreu no período				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
Não se aplica à natureza da UJ		Não se aplica à natureza da UJ		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
Não se aplica à natureza da UJ		Não se aplica à natureza da UJ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica à natureza da UJ			Não se aplica à natureza da UJ	

1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Instituto Benjamin Constant - IBC, criado em 1854 com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, é hoje órgão específico singular da Administração Federal Direta, dotado de autonomia limitada, e Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, vinculado ao Ministério da Educação, subordinado administrativamente ao Ministro de Estado da Educação e, para fins de supervisão, à Secretaria de Educação Especial do MEC, tem por finalidades essenciais: educação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência da visão, a capacitação de recursos humanos nas áreas: pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, a instrumentalização para a integração social, a preparação da pessoa portadora de deficiência visual para o trabalho e a prevenção às causas da cegueira.

Regimentalmente o Instituto Benjamin Constant, através dos parâmetros expressos na Portaria Ministerial nº 325, de 17 de abril de 1998, tem as seguintes competências:

- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área da deficiência visual;
- II - promover a educação de deficientes visuais, mediante sua manutenção como órgão de educação fundamental, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas cegas e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico, da área da deficiência visual;
- III - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual;
- IV - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógicos, psicossocial, oftalmológico, de prevenção das causas da cegueira e de integração e reintegração à comunidade de pessoas cegas e de visão reduzida;
- V - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas cegas e de visão reduzida;
- VI - elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida;
- VII - apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial - SEESP;
- VIII - promover desenvolvimento pedagógico, visando o aprimoramento e a atualização de recursos instrucionais;
- IX - desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional visando possibilitar, às pessoas cegas e de visão reduzida, o pleno exercício da cidadania;
- X - atuar de forma permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando o resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida.

Estas competências, ditadas por seu regimento interno, estão em perfeita consonância com as necessidades atuais e sua vocação histórica, e, em síntese, tornam o Instituto Benjamin Constant uma força viva na formulação da política nacional de Educação Especial na área da deficiência visual no apoio técnico prestado em todas as unidades da Federação.

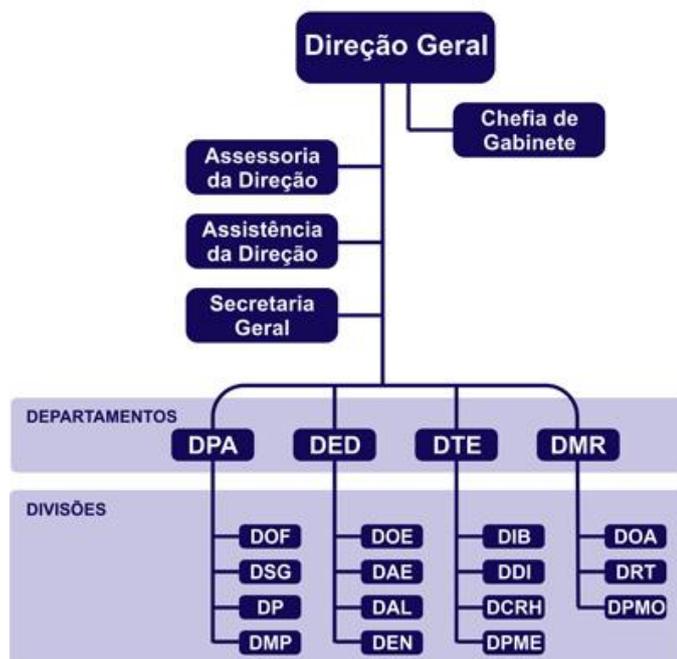
- a) **MISSÃO:** Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa portadora de deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições para um efetivo pleno e igualitário exercício da cidadania.
- b) **VISÃO:** Exercer e ampliar suas finalidades enquanto Centro de Referência Nacional nas questões vinculadas à deficiência visual, buscando atuar cada vez mais na produção e difusão do conhecimento, na capacitação de recursos humanos e no apoio técnico prestado em âmbito nacional.

c) OBJETIVOS:

- Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas portadoras de deficiência visual.
- Buscar, através de campanhas institucionais, formação de recursos humanos, estudos e pesquisas, prevenção às causas da cegueira e atendimento ambulatorial e cirúrgico a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

d) PÚBLICO ALVO: Pessoas portadoras de deficiência visual; cegos e com baixa visão, em âmbito nacional, professores e técnicos da área de todo o país e população do município e do estado do Rio de Janeiro.

1.3 – Organograma Funcional



LEGENDA:

DPA - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

DOF - Divisão de Planejamento e execução Orçamentária e Financeira

DSG - Divisão de Serviços Gerais

DP - Divisão de Pessoal

DMP - Divisão de Material e Patrimônio

DED - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DEN - Divisão de Ensino

DAE - Divisão de Assistência ao Educando

DAL - Divisão de Atividades Culturais e de Lazer

DOE - Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonaudiológica

DTE - DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO

DIB - Divisão de Imprensa Braille

DDI - Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação

DCRH - Divisão de Capacitação de Recursos Humanos

DPME - Divisão de Produção de Material Especializado

DMR - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS MÉDICAS E DE REABILITAÇÃO

DPMO - Divisão de Pesquisas Médicas, Oftalmológicas e de Nutrição

DRT - Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional

DOA - Divisão de Orientação e Acompanhamento

Ao Departamento de Planejamento e Administração, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades nas áreas de planejamento, de orçamento e finanças, de licitação, de pessoal, de serviços gerais, de manutenção e de administração de material e patrimônio, bem como promover a integração entre os Departamentos da Instituição.

Ao Departamento de Educação, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades promovendo a integração entre os setores do Instituto e Instituições Educacionais públicas ou privadas, com vista à expansão das atividades técnico-educacionais, na área da deficiência visual.

Ao Departamento Técnico Especializado, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades técnicas de pesquisa, de produção de material especializado, de documentação e de informação (através da produção e distribuição de periódicos de natureza técnico-científica), de capacitação de recursos humanos visando à promoção e o desenvolvimento de métodos e técnicas inovadoras no atendimento das pessoas com deficiência visual, deficiência múltipla, transtornos globais de desenvolvimento e surdocegueira.

Ao Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar, avaliar e promover a execução das atividades médico-odontológicas, de enfermagem e nutricionais, voltadas ao processo ensino-aprendizagem; prevenção das causas da cegueira (residência médica); atendimentos em reabilitação terapêutica, preparação para o trabalho, encaminhamento e acompanhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocega.

1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para deficientes visuais, buscando através de formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção as causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

1 – Gerir Políticas de Ensino

- Oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, a deficientes visuais;
- Promoção e integração das diferentes áreas de conhecimento no desenvolvimento de cursos de formação;
- Melhoria da qualidade da gestão de ensino, desde a estimulação precoce ao nono ano do ensino fundamental;
- Desenvolvimento, aperfeiçoamento e implantação de projetos pedagógicos;
- Promoção de formas alternativas de ensino;
- Promoção de atividades de reabilitação de jovens e adultos com deficiência visual e surdocegueira;
- Promoção de ações de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocegueira;
- Especialização na área educacional (pós-graduação lato sensu) e oftalmológica (residência médica);
- Qualificação dos professores, a nível nacional, nas áreas voltadas ao atendimento da pessoa com deficiência visual.

2 – Gerir Políticas de Pesquisa

- Apoio às atividades de pesquisa para manutenção de programas, projetos e grupos de pesquisa;
- Incentivo ao desenvolvimento de redes de pesquisa;
- Produção e divulgação de estudos e pesquisas científicas, na área da deficiência visual;
- Disseminação da cultura e busca de registro de patentes;
- Implementação de programas de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica.

1.5 – Macroprocessos de Apoio

O Instituto Benjamin Constant tem utilizado a gestão de pessoas, o orçamento, a execução orçamentária e financeira como instrumentos gerenciais capazes de orientar, subsidiar a administração na tomada de decisão.

1 – Gerir Políticas de Pessoas

- Avaliar o planejamento da carreira e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo buscando aprimorar o desenvolvimento profissional e as condições de trabalho dos servidores;
- Coordenar os trabalhos de desenvolvimento de ações preventivas e de assistência ao servidor referente à saúde e segurança do trabalho;

2 – Gerir Políticas Administrativas e Orçamentárias

- Priorização dos recursos orçamentários e financeiros às atividades que possibilitem a sustentabilidade do ensino, pesquisa, serviço médico e desenvolvimento de materiais adaptados, prestação de serviços de manutenção;
- Racionalização e acompanhamento rígido dos gastos com custeio evitando-se o desperdício de recursos;
- Desenvolvimento de parcerias com instituições públicas e privadas visando à maximização de resultados e diminuição de custos;
- Priorização dos projetos e atividades conforme disponibilidade orçamentária.

1.6 – Principais Parceiros

Missão: Educar, Reabilitar e Profissionalizar à Pessoa Deficiente Visual	
Parceiros	Descrição
Enterjovem	Promover a empregabilidade e melhores condições de acesso ao mercado de trabalho para jovens e adultos.
SENAC RIO	Cursos de qualificação e requalificação profissional visando dar condições de acesso ao mercado de trabalho formal
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ	Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino
FAETEC/ISERJ	Oferecer Curso de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Letramento e Alfabetização da Criança Cega ou com Baixa Visão potencializando a formação de professores que já atuam ou tenham intenção de atuar no seguimento da educação infantil ao 1º ano do ensino fundamental.

2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 – Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O IBC estruturou-se observando as demandas internas e externas buscando a melhoria do processo educacional, reabilitacional, social e humano do público alvo atendido por esta Instituição: as pessoas com deficiência visual. A diversidade de atendimentos, inserida no seu Regimento Interno, faz com que este plano abra um largo raio de ação, que vai desde o atendimento educacional e reabilitacional, passa pela prevenção às causas da cegueira, viabiliza a produção de conhecimento, dissemina métodos e técnicas de ensino, produz Braille, capacita profissionais na área da deficiência visual, presta assessoria técnico-pedagógica. O plano de metas e ações está baseado no PPA 2012-2015.

2030 – Programa Educação Básica

O Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre esse Programa Governamental, somente nas ações que estão apresentadas neste Relatório.

Ação 20RI – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e o funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica.
Descrição	Manutenção das Instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da Educação Básica nas Instituições Federais de Ensino, inclusive, Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas Instituições, dentre outras, aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimento em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.
Coordenador da ação no IBC	Augusto Ernesto de Mattos Baganha

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

O Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre esse Programa Governamental, somente na ação que está apresentada neste Relatório.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas a melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados a sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamentos de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição de cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Coordenador da ação no IBC	Augusto Ernesto de Mattos Baganha

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para a manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993).
Descrição	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
Coordenador da ação	Augusto Ernesto de Mattos Baganha

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.
Coordenador da ação	Augusto Ernesto de Mattos Baganha

Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993) nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Descrição	Pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993) nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva à estagiários, cuja despesa deverá correr a conta das dotações pelas quais ocorrem o custeio das respectivas bolsas de estágio.
Coordenador da ação	Augusto Ernesto de Mattos Baganha

Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993), o auxílio alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeados com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.
Coordenador da ação	Augusto Ernesto de Mattos Baganha

Ação 20CW – Assistência Médica aos servidores e Empregados – Exames Periódicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.
Coordenador da ação	Augusto Ernesto de Mattos Baganha

2032 – Programa Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

O Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre esse Programa Governamental, somente na ação que está apresentada neste Relatório.

Ação 4005 – Apoio a Residência em Saúde

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos profissionais da saúde recém formados, por meio de treinamento em serviços credenciados melhor qualificação nas várias especialidades médicas e suas áreas de atuação visando à melhoria no atendimento médico a população.
Descrição	Ministério da Educação provê recursos para o desenvolvimento dos programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional e em área profissional da saúde vinculado às Instituições Federais de Ensino Superior, por meio de oferta de bolsa aos residentes. Todos os programas devem ser credenciados e avaliados pelas respectivas Comissões Nacionais de Residência Médica (CNRM) e Multiprofissional em Saúde (CNRMS), e os residentes selecionados por meio de edital público, conforme a Legislação vigente.
Coordenador da ação no IBC	Augusto Ernesto de Mattos Baganha

2.2 – Estratégias de Atuação frente aos objetivos estratégicos

O plano de atuação elaborado para o exercício de 2012 apoiou-se primordialmente em:

- Atingimento das metas físicas e financeiras estipuladas no PPA;
- Atendimento aos alunos e reabilitandos;
- Prevenção às causas da cegueira;
- Produção e disseminação do conhecimento;
- Crescimento institucional através da ampliação de nossas competências regimentais: proposta de criação do Departamento de Capacitação e Pesquisa, encaminhado à Secretaria Executiva do MEC, onde se encontra em análise;
- Retomada do estudo da nova proposta do Regimento Interno;
- Busca de parcerias com Instituições Públicas e Privadas;
- Incremento dos cursos de formação continuada de Professores na área da deficiência visual;
- Realização do primeiro curso de pós-graduação *Lato Sensu* “O Processo de Letramento e Alfabetização da criança cega ou com baixa visão – da Educação Infantil ao Primeiro Ano do Ensino Fundamental” em parceria com o Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC/ISERJ);

2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações

2030 – Programa Educação Básica

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
12	368	2030	20RI	A	4	Aluno matriculado	710	816	770

Especificação: Estimulação Precoce (0 a 4 anos): 47
 Educação Infantil (4 a 6 anos e 11 Meses): 27
 Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano): 165
 Séries Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano): 71
 Deficiente Visual com Múltipla Deficiência: 21
 Reabilitandos: 485

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2012		Execução Financeira Exercício 2012 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
2030	20RI	Aluno matriculado	710	816	24.676.029,00	19.551.578,33

No ano de 2012 tivemos um aumento considerável de matrículas, o que evidenciou a carência de docentes e profissionais para formação de equipes multidisciplinares, já que recebemos alunos com deficiências múltiplas. Faltam-nos servidores nas áreas de medicina, fisioterapia, terapia ocupacional, musicoterapia, fonoaudiologia, assistência social, psicologia, enfermagem, odontologia, biblioteconomia, ortóptica, ciências contábeis, arquitetura, analista de tecnologia da informação; além das áreas de apoio técnico-administrativo como: técnico de enfermagem, massoterapia, assistente em administração, assistente de alunos, técnico em contabilidade, revisor de textos em Braille, transcritor.

Este quadro efetivo reduzido tem nos impedido de atender com maior amplitude nossa Missão Institucional. Há necessidade de termos servidores efetivos desenvolvendo essas atividades que, em alguns casos, estão sendo realizadas através de terceirização ou contratos temporários.

Em 18 de setembro de 2012 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou a Portaria MPOG nº 450 onde, a princípio, o IBC foi contemplado com 71 vagas assim distribuídas: Docente – 33; Analista de TI – 01; Assistente Social – 01; Fonoaudiólogo – 01; Enfermeiro – 01; Médico – 02; Odontólogo – 01; Psicólogo – 02; Assistente de Aluno – 10; Assistente em Administração – 09; Técnico em TI – 01; Técnico em Contabilidade – 02; Técnico em Enfermagem – 06; Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais – 01 e a promessa do MEC de mais cargos ao longo dos anos de 2013 e 2014. O edital está em andamento com previsão do resultado final para 03 de abril do corrente ano.

O Instituto Benjamin Constant como Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, precisa, cada vez mais, atuar e apoiar os mais diversos estabelecimentos de ensino seja público ou privado, para a efetivação de uma inclusão de fato do aluno com deficiência visual em todo o País. Vale ressaltar que o IBC dentro de suas competências regimentais realiza ações de produção e distribuição de material especializado

2109 – Programa de Gestão e Manutenção do MEC

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
12	128	2019	4572	A	x	Servidor Capacitado	140	118	140

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2012		Execução Financeira Exercício 2012 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
2109	4572	Servidor capacitado	140	118	421.383,00	257.757,56

Apesar de não termos atingido a meta prevista, todos os servidores que solicitaram capacitação foram atendidos.

Em 2012 o Instituto Benjamin Constant firmou parceria com a ENAP para a realização de dois cursos, sendo um de 152 horas e o outro de 100 horas capacitando 50 servidores.

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
12	301	2109	2004	A	x	Pessoa Beneficiada	326	340	326

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2012		Execução Financeira Exercício 2012 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
2109	2004	Pessoa Beneficiada	326	340	372.000,00	366.071,00

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
12	365	2109	2010	A	x	Criança Atendida	08	06	08

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2012		Execução Financeira Exercício 2012 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
2109	2010	Criança Atendida	08	06	8.400,00	6.425,80

Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
12	331	2109	2011	A	x	Servidor Beneficiado	136	91	136

Execução Orçamentária da Ação									
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2012		Execução Financeira Exercício 2012 (R\$)				
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado			
2109	2011	Servidor Beneficiado	136	91	252.000,00	186.203,79			

Ação 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
12	306	2109	2012	A	x	Servidor Beneficiado	207	176	207

Execução Orçamentária da Ação									
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2012		Execução Financeira Exercício 2012 (R\$)				
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado			
2109	2012	Servidor Beneficiado	207	176	756.000,00	623.519,13			

Ação 20 CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
12	301	2109	20CW	A	x	Servidor Beneficiado	128	0	128

Execução Orçamentária da Ação									
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2012		Execução Financeira Exercício 2012 (R\$)				
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado			
2109	20CW	Servidor Beneficiado	128	0	23.060,00	0			

Os primeiros exames periódicos foram realizados pelo MEC. No ano de 2012 fomos comunicados que a partir do segundo semestre deveríamos providenciar processo licitatório para contratação de empresa especializada. O processo licitatório foi realizado e no ano de 2013 daremos início aos exames periódicos.

2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Ação 4005 - Apoio a Residência em Saúde

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
12	364	2032	4005	A	x	Residente mantido	18	17	18

Especificação: Qualificação de Médicos Recém-Formados na Área de Oftalmologia visando a Melhoria no Atendimento Médico à População

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2012		Execução Financeira Exercício 2012 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
2032	4005	Médico residente	18	18	788.814,00	596.443,40

2.4 Indicadores

Temos buscado melhorar a consistência dos nossos indicadores, com vistas a garantir a precisão daquilo que se quer avaliar, considerando a especificidade da Instituição. São eles: números de alunos matriculados, evadidos, capacitação de servidores, atendimentos oftalmológicos e ambulatoriais na prevenção da cegueira.

➤ Índice de Gasto Total

Objetivo: Quantificar o percentual do total gasto realizado frente ao previsto

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para a Ação mais as suplementações ocorridas no exercício.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo recurso Orçamentário.

Fórmula: Índice de Gasto Total = $\frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Recurso Orçamentário}}$

Responsável: Diretor do DPA

➤ Gasto Corrente por Aluno

Objetivo: Quantificar os gastos correntes por aluno, em R\$

Definições: Gastos Correntes: Consideram-se todos os gastos realizados em custeio.

Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos correntes realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gastos Correntes por Aluno = $\frac{\text{Total de Gastos Correntes em R\$}}{\text{Nº de matrículas efetuadas}}$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ Gasto Total por Aluno

Objetivo: Quantificar o gasto total por aluno, em R\$

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados no exercício.

Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gasto Total por Aluno = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Nº de matrículas efetuadas}}$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ **Gasto Total por Clientela Atendida**

Objetivo: Quantificar o gasto total por clientela atendida, em R\$

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Clientela Atendida: Número de pessoas atendidas, alunos, clientes da Oftalmologia e usuários da biblioteca, pelo Instituto.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de pessoas atendidas pelo Instituto.

Fórmula: Gasto Total por Clientela Atendida = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Nº de Pessoas atendidas}}$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ **Gasto por Ação (valor Orçamentário)**

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o recurso previsto na Lei Orçamentária.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados na Ação, em R\$.

Ação: considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para as Ações, mais as suplementações ocorridas no exercício, em R\$.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelo Recurso Orçamentário previsto na Lei Orçamentária Anual.

Fórmula: Gasto por Ação (valor Orçamentário) = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Recurso Orçamentário}} \times 100$

Responsável: Diretor do DPA

➤ **Gasto por Ação (valor disponibilizado)**

Objetivo: Comparar o total de gastos realizados na Ação com o recurso efetivamente disponibilizado.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados com Ações.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Disponibilizado: Considera-se o recurso efetivamente liberado para a Ação.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelos Recursos Disponibilizados.

Fórmula:

Índice de gasto com Ações (valor disponibilizado) = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Valor disponibilizado em R\$}} \times 100$

Responsável: Diretor do DPA

➤ **Índice de Atendimento ao Servidor em diversas Áreas de Capacitação**

Objetivo: Quantificar percentualmente a participação de servidores em cursos / eventos / seminários em relação à meta prevista.

Definições: Atendimento ao Servidor: oferecer ao servidor oportunidade de qualificação ou requalificação em diversas áreas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número de capacitação dos servidores em cursos / eventos /seminários de capacitação pela quantidade prevista.

Fórmula: Índice de Capacitação de Servidores = $\frac{\text{Nº de participações obtidas}}{\text{Quantidade prevista}} \times 100$

Responsável: Diretor do DTE

➤ **Índice de Servidores Capacitados (Geral)**

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de servidores capacitados com o total de servidores do Instituto.

Definições: Servidor Capacitado: total de servidores do Instituto que participaram, de algum curso ou evento ou seminário para sua capacitação.

Total de Servidores: Total de Servidores do Instituto.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do número de servidores capacitados pelo total de servidores do Instituto.

Fórmula: Índice de Servidores Capacitados = $\frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}} \times 100$

Responsável: Diretor do DTE

➤ **Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico**

Objetivo: Evidenciar a eficácia do tratamento cirúrgico realizado.

Definições: Realização de cirurgias: total de cirurgias de catarata e de glaucoma realizadas com sucesso pelo Serviço Médico Oftalmológico.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do total de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas com sucesso pela quantidade de cirurgias realizadas.

Fórmula: Índice de Atendimento Cirúrgico = $\frac{\text{Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso}}{\text{Nº de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas}} \times 100$

Responsável: Diretor do DMR

➤ **Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial**

Objetivo: Evidenciar percentualmente o atendimento oftalmológico ambulatorial prestado aos alunos e à comunidade em relação ao número de consultas previstas.

Definições: Atendimento Oftalmológico Ambulatorial: total de consultas realizadas pelo Departamento Médico.

Quantidade de Consultas Previstas: meta estabelecida, no período, para atendimento aos alunos e à comunidade.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de consultas realizadas pela meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Atendimento Oftalmológico = $\frac{\text{Nº de Consultas realizadas}}{\text{Nº de consultas previstas}} \times 100$

Responsável: Diretor do DMR

➤ **Índice de Matrículas**

Objetivo: Verificar o grau de realização da ação.

Definições: Matrícula: total de matrículas realizadas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de matrículas efetuadas pela meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Matrícula =
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Alunos Matriculados}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$$

Responsável: Diretores dos Departamentos DED/DMR e GABINETE

➤ **Índice de Evasão**

Objetivo: Quantificar a desistência de alunos da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

Definições: Alunos Evadidos: total de alunos que saem do Instituto, por abandono ou por cancelamento de matrícula, sem que tenham concluído o Ensino Fundamental.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos evadidos pelo total de alunos matriculados.

Fórmula: Índice de Evasão =
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos evadidos}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

➤ **Índice de Aprovação**

Objetivo: Verificar o rendimento dos alunos.

Definições: Alunos Aprovados: total de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que apresentaram condições para prosseguimento dos estudos na série seguinte.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos aprovados pelo total de alunos matriculados.

Fórmula: Índice de Aprovação =
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

Cálculo dos Indicadores

Base de Cálculo: dados do ano de 2012

Índice de Gasto Total = 88,4%

Gasto Total: R\$ 55.328.358,59

Recurso Orçamentário: R\$ 62.603.774,29

Gastos Correntes por Aluno = aluno/ano – R\$ 23.960,26

Gastos Correntes: R\$ 19.551.578,33

Nº de Matrículas: 816

Gasto Total por Aluno = aluno/ano – R\$ 36.343,66

Gasto Total: R\$ 29.656.428,40

Nº de Matrículas: 816

Gasto Total por Clientela Atendida = clientela/ano – R\$ 945,16

Gasto Total: R\$ 29.656.428,40

Clientela Atendida: 816 alunos, 27.714 clientes da Oftalmologia, 1.952 usuários da biblioteca e 855 visitantes de Instituições Públicas e Privadas = clientes= 31.377

Gasto com Ações

Gasto com Ações (valor Orçamentário)

Programa 2030 – Educação Básica

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

123680203020RI0033 – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Indicador: Índice de gasto com Ações: Gasto/Previsto: 79,2%

Gasto Total: R\$ 19.551.578,33

Total de recursos Orçamentários: R\$ 24.676.029,00

Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do MEC

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

12128210945720033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Indicador: Índice de gastos com a capacitação de servidores públicos federais no processo de qualificação e requalificação: Gasto / Previsto: 61,2%

Gasto Total: R\$ 257.757,56

Recurso Orçamentário: R\$ 421.383,00

Programa 2032 – Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão

Ação 4005 - Apoio a Residência em Saúde

12364203240050033 – Apoio a Residência em Saúde

Indicador: Índice de gastos com o funcionamento da Residência Médica: Gasto / Previsto: 75,6%

Gasto Total: R\$ 596.443,40

Recurso Orçamentário: R\$ 788.814,00

Índice de Atendimentos Realizados a Servidores em diversas Áreas de Capacitação = 84,3%

Nº de Atendimentos: 118

Quantidade prevista: 140

Índice de Capacitação de Servidores (Geral) = 44%

Nº de servidores capacitados em algum curso / evento / seminário: 70

Total de servidores do Instituto: 159

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico = 81,9%

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso = $90 + 1.227 = 1.317$

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas = $118 + 1.491 = 1.609$

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial = 140,9%

Nº de consultas realizadas: 25.370

Nº de consultas previstas: 18.000

Índice de Matrículas = 114,9%

Nº de alunos matriculados: 816

Quantidade prevista: 710

Índice de Evasão = 5,7%

Nº de alunos evadidos: 19

Nº de alunos matriculados: 331

Índice de Aprovação = 61,6%

Nº de alunos aprovados: 162

Nº de alunos matriculados: 263

QUADRO COMPARATIVO DE RESULTADOS DE AÇÃO/PPA NOS ANOS DE 2011 e 2012

Programa	Ação	Indicadores Associados	2011	2012
2030 Educação Básica	20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	Gasto com Ação	95,99%	79,2%
		Índice de Matrículas	86%	114,9%
		Índice de Evasão	6,5%	5,7%
		Índice de Aprovação	58,36%	61,6%
2109 Programa de Gestão e Manutenção do MEC	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Gasto com Ação	74,65%	61,17%
		Índice de Atendimento ao servidor em diversas áreas de capacitação	50,2%	84,3%
		Índice de capacitação de servidores	42%	44%
2032 Educação Superior- Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	4005 Apoio à Residência em Saúde	Gasto com Ação	81,74%	75,6%
		Índice de Atendimento oftalmológico ambulatorial	104%	140,9%
		Índice de Atendimento Cirúrgico	80%	81,9%

ANÁLISE DO DESEMPENHO

O quadro comparativo acima evidencia um melhor desempenho nas ações institucionais, apesar do ainda reduzido quadro efetivo de servidores. A ausência de servidores qualificados, como já informado, dificulta a ampliação de nossos atendimentos. Continuaremos solicitando a criação de novos cargos, através de Concurso Público.

Nossos gastos foram menores do que no ano de 2011 e os índices apresentaram resultados acima do esperado.

Nossos servidores e funcionários têm envidado esforços para melhorar os serviços oferecidos pelo Instituto Benjamin Constant seja na educação e reabilitação de nossos alunos, seja na capacitação e assessoria técnica de profissionais para o atendimento aos alunos deficientes visuais de todo Brasil, seja na produção, disseminação e distribuição de material técnico pedagógico especializado, seja na prevenção a cegueira que, através de parcerias, beneficia comunidades carentes levando atendimento ambulatorial e, quando necessário, realizando procedimentos cirúrgicos, na área oftalmológica.

Diante do exposto, faz-se necessário o apoio governamental a nossa Instituição que é Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual para que a cada dia ofereçamos um serviço de qualidade, em prol da clientela atendida.

Continuaremos a investir na capacitação de nossos servidores incentivando-os a participar de cursos e eventos, visando uma melhor qualificação de suas atividades profissionais e pessoais.

Continuaremos buscando junto ao Ministério da Educação a aprovação de um novo Regimento Interno, cujo objetivo é a ampliação das nossas competências, propiciando a criação de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* – presencial e a distância e *Strictu Sensu*, Mestrado Profissional, presencial; propiciar aos profissionais ligados à área da educação um campo de pesquisas pedagógicas, de criação e aplicação de metodologias e de testes de material didático especializado em todos os níveis de ensino, atendendo aos novos rumos educacionais previstos pelo Ministério da Educação.

3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 – Estrutura de Governança

O Regimento Interno do IBC, no Capítulo VI, artigos 29, 30, 31, 32 e 33 define a composição e regulamenta as atribuições do Conselho Diretor, sendo esta a única estrutura de governança da Instituição.

3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações Gerais: Entendemos que a UJ vem cumprindo seus objetivos em boa parte. O Instituto Benjamin Constant pratica o seu controle interno através de reuniões com os Diretores dos Departamentos. Em 04/12/2012 constituímos a Comissão de Auditoria Interna por termos consciência da necessidade de criarmos mecanismos de controles que darão uma visibilidade maior dos nossos gargalos e condições de vislumbrarmos soluções para melhoria do nosso desempenho, a fim de cumprirmos os objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional do IBC. Ela iniciará suas funções a partir de 2013.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

3.4 – Sistema de Correição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL



DECLARAÇÃO

Declaramos que no exercício de 2012 não instauramos Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares com intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta azul de Maria Odete Santos Duarte.

Maria Odete Santos Duarte
Diretora-Geral
Instituto Benjamin Constant

4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Quadro A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA:

Não se aplica a natureza jurídica da UJ, uma vez que o IBC não tem programa sob sua responsabilidade.

Quadro A.4.2 – OBJETIVOS DO PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica a natureza jurídica da UJ, uma vez que o IBC não tem programa sob sua responsabilidade.

Quadro A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica a natureza jurídica da UJ, uma vez que o IBC não tem programa sob sua responsabilidade.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20RI – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica					
Descrição	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Aluno Matriculado.					
Iniciativa	02BY – Manutenção das Instituições Federais de Educação Básica e apoio Financeiro aos entes Federados					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.672.232,00	24.676.029,00	19.557.429,17	13.786.972,40	34.399,29	5.770.456,77	13.752.573,11
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Aluno Matriculado	Unidade	710	816		

ANÁLISE CRÍTICA

- em relação as Outras Despesas Correntes, foi fixado o valor de R\$21.938.844,00 para o exercício de 2012, registrados no LOA e PROA havendo a necessidade de crédito suplementar no percentual de 04,25%, para que pudéssemos executar as despesas decorrentes deste exercício;
- havendo também através de descentralizações de créditos o valor de R\$209.745,51, através do Departamento de Gestão Interna, visando a Implantação de Núcleo de Esporte de Alto Rendimento para Pessoas com Deficiência, ocorrendo que infelizmente não se concretizou, devido a dificuldades para elaboração dos projetos, e tempo hábil para formalizar o processo;
- mesmo assim se comparado ao exercício de 2011, houve um acréscimo de 07,69%, do crédito orçamentário para o exercício de 2012, e que em 2011 também houve um acréscimo de R\$5.000,00 e um cancelamento de R\$200.000,00, o que, porém não representou dificuldades para a execução da despesa;
- despesas de Capital se comparado com o exercício de 2011, houve um acréscimo de 52,77% para o exercício de 2012, havendo ainda uma suplementação no valor de R\$276.458,00, e o valor de R\$1.401.440,00, porém tendo sido bloqueado pela SOF/MP, e que comparados ao exercício de 2011, foi executado dando prioridade as necessidades mais urgentes da unidade, o que deixamos de executar foi por motivos de atrasos ocorridos por dificuldades de aprovação dos projetos pelo INEPAC e adequação de novos suprimentos para informáticas e também devido a alta complexidade de máquinas necessárias tanto para o serviço médico como para a Imprensa Braille;

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		0841				
Descrição		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Residente Mantido.				
Iniciativa		03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26105 – Instituto Benjamin Constant				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
657.552,00	788.814,00	596.443,40	596.443,40	-0-	-0-	596.443,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Residente Mantido	Unidade	18	18		

Análise dos Quadros Dotações:

Nesta ação foram realizados 25.370 atendimentos oftalmológicos ambulatoriais e 1.812 cirurgias de catarata e glaucoma. Através do Projeto “Ver para Aprender” foram feitas duas campanhas no Município de Japeri que atenderam a 450 crianças e 82 adultos.

Quadro A.4.5. – PROGRAMA E GOVERNO CONSTANTE DO PPA

Não se aplica a natureza jurídica da UJ, uma vez que o IBC não tem programa sob sua responsabilidade.

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2004-Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Descrição	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
372.000,00	372.000,00	366.071,00	366.071,00	-0-	-0-	366.071,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira –	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Pessoa Beneficiada	Unidade	326	340		

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Descrição	Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.400,00	8.400,00	6.425,80	6.425,80	-0-	-0-	6.425,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Criança Atendida	Unidade	08	06		

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados				
Descrição		Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26105 – Instituto Benjamin Constant				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
252.000,00	252.000,00	186.203,79	186.203,79	-0-	-0-	186.203,79
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor Beneficiado	Unidade	136	91		

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Descrição		Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26105 – Instituto Benjamin Constant				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
756.000,00	756.000,00	623.519,63	623.519,63	-0-	-0-	623.519,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor Beneficiado	Unidade	207	176		

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos					
Descrição	Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.060,00	23.060,00	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor Beneficiado	Unidade	128	0		

Os primeiros exames periódicos foram realizados pelo MEC. No ano de 2012 fomos comunicados que a partir do segundo semestre deveríamos providenciar processo licitatório para contratação de empresa especializada. O processo licitatório foi realizado e no ano de 2013 daremos início aos exames periódicos.

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
347.600,00	421.383,00	257.757,56	156.332,97	203,63	101.424,59	156.129,34
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor Capacitado	Unidade	140	118		

Apesar de não termos atingido a meta prevista, todos os servidores que solicitaram capacitação foram atendidos.

Em 2012 o Instituto Benjamin Constant firmou parceria com a ENAP para a realização de dois cursos, sendo um de 152 horas e o outro de 100 horas capacitando 50 servidores.

4.2 – Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Benjamin Constant	26105	152004

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	34.997.946	29.197.082			21.938.844	20.372.825	
	PLOA	34.997.946	29.197.082			21.938.844	20.372.825	
	LOA	34.997.946	29.197.082			21.938.844	20.372.825	
CRÉDITOS	Suplementares	250.000	5.274.315			932.384	5.000	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados						200.000		
Outras Operações		58.142,29				209.745,41	17.570,53	
Total		35.306.088,29	34.471.397			23.080.973,41	20.195.395,53	

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	4.150.000	2.716.576	-	-	-	-
	PLOA	4.150.000	2.716.576	-	-	-	-
	LOA	4.150.000	2.716.576	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	276.458					
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	1.401.440	-	-	-	-
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		5.827.898	2.716.576	-	-	-	-

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	21.938.844	20.372.825	4.150.000	2.716.576	-	-
	PLOA	21.938.844	20.372.825	4.150.000	2.716.576	-	-
	LOA	21.938.844	20.372.825	4.150.000	2.716.576	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	932.384	5.000	276.458			
	Especiais						
	Extraordinários			1.401.440		-	-
	Créditos Cancelados		200.000				
Outras Operações		209.745,41	17.570,53				
Total		23.080.973,41	20.195.395,53	5.827.898	2.716.576	-	-

- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que conforme evidenciado que a dotação proposta pela UO é de R\$34.997.946,00, tendo a PLOA e LOA o mesmo registro, e que comprovadamente não foi suficiente para fazer face às despesas durante o exercício, necessitando, porém de um acréscimo de R\$308.142,29, constituídos de R\$ 250.000,00 provenientes de suplementação através de crédito suplementar e o valor de R\$58.142,29, através da descentralização de crédito da Subsecretária de Planejamento e Orçamento do MEC – SPO/MEC, representando um acréscimo de 0,88%.

- que comparados com o exercício de 2011, houve um acréscimo de 19,86%, para o exercício de 2012, e que, porém, durante a execução do exercício de 2011, o valor de R\$ 29.197.082,00, também não foram suficientes havendo necessidade de crédito suplementar no percentual de 18,07%;

- Porém as variações ocorridas nos exercícios de 2011 e 2012 derivam do aumento no quadro de pessoal ocorrido em 2010, tendo em vista que em 2011 não houve concurso.

- tendo em vista a Portaria de n.º 39, de 25 de março de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que suspendeu por tempo indeterminado à época realizações de novos concursos públicos na esfera da Administração Pública Federal, e que o aumento da folha no exercício de 2012 ocorreu pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc.), instituída pelo Plano de Cargos e Salários através da então Lei n.º 11.784, de 22 de setembro de 2008, e alterações posteriores, tanto para Técnicos Administrativos como para o corpo Docente, bem como a passagem de ativos para a inatividade.

- em relação as Outras Despesas Correntes, foi fixado o valor de R\$21.938.844,00 para o exercício de 2012, registrados no LOA e PROA havendo a necessidade de crédito suplementar no percentual de 04,25%, para que pudéssemos executar as despesas decorrentes deste exercício;

- havendo também através de descentralizações de créditos o valor de R\$209.745,51, através do Departamento de Gestão Interna, visando a Implantação de Núcleo de Esporte de Alto Rendimento para Pessoas com Deficiência, ocorrendo que infelizmente não se concretizou, devido a dificuldades para elaboração dos projetos, e tempo hábil para formalizar o processo;

- mesmo assim se comparado ao exercício de 2011, houve um acréscimo de 07,69%, do crédito orçamentário para o exercício de 2012, e que em 2011 também houve um acréscimo de R\$5.000,00 e um cancelamento de R\$200.000,00, o que, porém não representou dificuldades para a execução da despesa;

- despesas de Capital se comparado com o exercício de 2011, houve um acréscimo de 52,77% para o exercício de 2012, havendo ainda uma suplementação no valor de R\$276.458,00, e o valor de R\$1.401.440,00, porém tendo sido bloqueado pela SOF/MP, e que comparados ao exercício de 2011, foi executado dando prioridade as necessidades mais urgentes da unidade, o que deixamos de executar foi por motivos de atrasos ocorridos por dificuldades de aprovação dos projetos pelo INEPAC e adequação de novos suprimentos para informática e também devido a alta complexidade de máquinas necessárias tanto para o serviço médico como para a Imprensa Braille;

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	180002 150014		Descentralização Descentralização	58.142,29		206.764,00 2.981,41
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

- houve a descentralização de crédito no exercício de 2012 para ser executado na Implantação de Núcleo de Esporte de Alto Rendimento para Pessoa com Deficiência, pelo Departamento de Gestão Interna, no valor de R\$206.764,00, o que, porém não ocorreu tendo em vista a elaboração do projeto, pois houve diversos conflitos ocorridos, principalmente quanto a sua liberação ocorrido para a aquisição de material de consumo, e esta unidade havia previsto também a aquisição de máquinas e aparelhos, havendo divergências, e que quanto a alteração de projetos não houve tempo hábil para sua execução;
- havendo também liberações de créditos por descentralização pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC – SPO/MEC, destinados ao pagamento de diárias e passagens para Curso de Capacitação no valor de R\$1.712,80 e para as Normas de Encerramento no valor de R\$1.268,61, tendo sido utilizados;
- havendo também uma complementação por descentralização por destaque a pedido desta unidade para que pudessemos complementar o pagamento de inativos, no valor de R\$58.142,29, tendo em vista que o orçamento destinado a este fim não foi suficiente para atender tal pagamento;

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite		33.210,24		33.210,24
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	8.502.914,81	9.632.984,22	8.470.864,74	9.632.984,92
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	4.775.826,30	920.654,27	4.775.329,88	920.654,27
h) Inexigibilidade	318.232,38	349.737,19	318.232,38	349.737,19
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	35.704.899,37	33.381.642,39	35.628.993,43	33.381.642,39
k) Diárias	88.072,90	80.670,14	86.626,30	80.670,14
5. Outros	71.382,31	228.836,22	70.772,48	228.836,22
6. Total (1+2+3+4+5)	49.461.329,07	44.627.734,67	49.280.046,73	44.627.735,37

- nas despesas por modalidade de licitação para contratação dos créditos originários da UJ, se comparado com o exercício de 2011, houve um decréscimo de 11,73%, devido a compromissos já adquiridos no exercício anterior;

- quanto na contratação por dispensa de licitação e de inexigibilidade não há como comparar, uma vez que nestas modalidades se enquadram despesas com maiores incidências e de contratações essenciais para a manutenção da unidade, ou seja: luz, gás, água e tratamento de esgoto, bem como serviços de publicações no Diário Oficial da União, e serviços de Correios, e de firmas que notoriamente somente elas realizam serviços (tanto para conserto como para a aquisição), e onde são concedidos contratados de concessões e outros por serem do próprio governo;

- quanto a área de pessoal, podemos relevar tal aumento se comparado ao exercício de 2011, pois o aumento vegetativo da folha ocorre pois não houve novas contratações e que inclusive vem prejudicando cada vez mais a instituição pois cada vez é menor o número de funcionários, o que esperamos para o exercício de 2013 através de novas contratações conforme autorizado.

- em relação a diárias houve um acréscimo de 09,18%, tendo sido, porém autorizado pelo MEC, tendo em vista o estabelecido para cada unidade o quanto seria possível ser utilizado.

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS**DESPESAS CORRENTES**

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
31900100	14.670.564,58	13.775.627,63	14.670.564,58	13.775.627,63		-0-	14.594.658,64	13.775.623,63
31900300	6.929.913,83	6.850.259,85	6.629.913,83	6.850.259,85		-0-	6.929.913,83	6.850.259,85
31900400	284.178,39	373.464,81	284.178,39	373.464,81		-0-	284.178,39	373.464,81
31900800	14.628,08	20.038,66	14.628,02	20.038,66		-0-	14.628,02	20.083,66
31901100	9.608.401,80	10.046.433,89	9.608.401,80	10.046.433,89		-0-	9.608.401,80	10.046.433,89
31901600	12.624,70	12.846,80	12.624,70	12.846,80		-0-	12.624,70	12.846,80
31909100	39.496,95	69.590,02	39.496,95	69.590,02		-0-	39.496,95	69.590,02
31909200	124.070,01	6.341,31	124.070,01	6.341,31		-0-	39.496,95	6.341,31
31901300	1.949.701,50	2.111.770,07	1.949.701,50	2.111.770,07		-0-	1.949.701,50	2.111.770,07
33900400	488.888,10	481.919,23	488.888,10	481.919,23		-0-	488.888,10	481.919,23
33900800	6.426,80	6.636,80	6.425,80	6.636,80		-0-	6.425,80	6.636,80
33904600	623.519,13	672.764,00	623.519,13	672.764,00		-0-	623.519,13	672.764,00
33904900	186.203,79	219.847,44	186.203,79	219.847,44		-0-	186.203,79	219.847,44
33909300	366.071,00	367.145,00	366.071,00	367.145,00		-0-	366.071,00	367.145,00
31909600	47637,51	-0-	47.637,51	-0-		-0-	47.637,51	-0-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-		-0-	-0-	-0-
2º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-		-0-	-0-	-0-
3º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-		-0-	-0-	-0-
Demais elementos do grupo	-0-	-0-	-0-	-0-		-0-	-0-	-0-
3. Outras Despesas Correntes								
33901400	78.508,30	49.371,16	78.508,30	49.371,16	-0-	-0-	77.061,70	49.371,96
33903000	1.865.567,53	2.020.443,42	1.429.990,04	2.020.443,42	435.577,49	803.092,22	1.397.940,04	1.143.056,17
33903300	201.008,80	133.976,40	118.410,44	133.976,40	82.598,46	48.955,61	118.410,44	83.444,29
33903600	234.880,06	218.309,66	201.659,52	218.309,66	33.220,54	16.466,73	201.659,52	201.842,93
33903700	11.896.477,41	11.308.961,73	10.083.561,25	11.308.961,73	1.812.916,16	2.670.984,35	10.083.561,25	8.637.977,38
33903900	2.989.280,64	2.512.049,16	1.696.399,88	2.512.049,16	1.292.380,76	768.475,73	1.699.805,20	1.840.374,39
33904700	3.278,16	1.254,04	1.502,77	1.254,04	1.775,39	1.952,01	1.502,77	113.009,21
33909200	293.923,75	796.396,05	61.301,32	796.396,05	232.622,43	333.548,04	61.301,32	462.848,01
33909300	40.829,83	20.610,00	5.833,04	20.610,00	34.996,79	14.468,25	5.223,21	20.610,00
33913900	95.000,00	118.706,00	3.901,81	118.706,00	91.598,19	-0-	3.901,81	118.706,00
33914700	109.012,22	113.707,18	109.012,22	113.707,18	-0-	-0-	109.012,22	113.707,18

33919200	293.923,75	11.294,19	61.301,32	11.294,19	232.622,43	-0-	61.301,32	11.294,19
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
44903900	5.850,84	-0-	-0-	-0-	5.854,00	-0-	-0-	-0-
44905100	1.351.000,00	2.107.375,45	-0-	730.840,10	1.351.000,00	9.396.265,50	-0-	730.840,10
44905200	744.647,73	332.742,06	247.303,42	83.508,14	497.344,31	249.233,92	247.303,42	75.071,26
3º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Demais elementos do grupo	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
2º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
3º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Demais elementos do grupo	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
2º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
3º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Demais elementos do grupo	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

- podemos verificar que as despesas com pessoal têm maior relevância, pois sofre alterações em decorrências de medidas políticas e trabalhistas adotadas pelo governo federal, por representarem gastos de maiores valores;
- quanto as despesas correntes podemos observar que se em comparação ao exercício de 2011, não houve aumento considerável, mantendo o patamar somente para suprir as necessidades da unidade, tanto para a aquisição de materiais de consumo, permanente e para contratações, sendo que nesta última estamos mantendo contratados ainda em vigor;
- nas realizações com despesas de capital a unidade adquiriu o necessário havendo, porém levantamentos a serem realizados para suprir necessidade de aquisições de materiais e renovação de informática bem como também de reparos e obras a serem realizadas, porém estas a serem executadas no exercício de 2013.

QUADRO A.4.14 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite	-0-	-0-	-0-	-0-
b) Tomada de Preços	-0-	-0-	-0-	-0-
c) Concorrência	-0-	-0-	-0-	-0-
d) Pregão	1.528,96	16.771,20	1.528,96	16.771,20
e) Concurso	-0-	-0-	-0-	-0-
f) Consulta	-0-	-0-	-0-	-0-
8. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	-0-	-0-	-0-	-0-
h) Inexigibilidade	-0-	-0-	-0-	-0-
9. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	-0-	-0-	-0-	-0-
10. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	58.142,29	-0-	58.142,29	-0-
k) Diárias	1.452,45	795,03	1.348,49	
11. Outros	-0-	-0-	-0-	-0-
12. Total (1+2+3+4+5)	61.123,70	17.566,23	61.019,74	17.566,23

5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 – Reconhecimento de Passivos

QUADRO A.5.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

- esta unidade não contempla tal situação, uma vez que não realizada despesas a descoberto, bem como não esta autorizada a contemplar as empresas com isenções fiscais;

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	109.084,51	0,00	92.984,51	16.100,00
2011	73.375,41	0,00	73.375,41	0,00
2010	20.110,92	14.837,66	5.273,26	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	19.112.975,06	7.592.961,47	3.427.406,61	8.092.606,98
2011	17.448.583,35	7.004.387,49	3.492.135,41	6.952.060,45
2010	12.323.343,19	11.523,87	5.252.103,36	7.059.715,96

- a unidade executou restos a pagar de acordo com os Decretos:

- 7.418 – 31/12/2010;

- 7.654 – 23/12/2011; e

- e que para o exercício de 2012, estabelecido no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, em perfeito acordo com que o que diz o artigo 68 e seus parágrafos.

- bem como foi observado o teor do parágrafo 1.º do supramencionado decreto.

- ficando as despesas no qual o credor se compromete a cumprir bem como a de contratados que se encontram ainda em vigor e em face de liquidação.

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC									
CNPJ: 00394.445/0002-84					UG/GESTÃO: 150014				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
							24/01/2012	31/12/2012	
3	s/n.º	152004	1.712,80		1.712,80		24/01/2012	31/12/2012	4
3	s/n.º	152004	1.268,61		1.268,61		14/11/2012	31/12/2012	4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC				
CNPJ:		00394.445/0002-84				
UG/GESTÃO:		150014				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	02	02	02	2.981,41	2.317,07	5.342,58
Termo de Compromisso						
Totais						

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Observação: Não houve

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2012	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas			
			Contas Não Analisadas			
		Montante Repassado (R\$)				
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado (R\$)						
2011	Quantidade de contas prestadas					
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
Montante repassado (R\$)						
2010	Quantidade de Contas Prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
Montante Repassado						
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
		Montante Repassado				

Observação: Não houve

6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	175	150	2	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	175	150	2	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	166	139	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	3	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	7	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	15	8	4	7
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	191	159	6	7

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	3
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	2
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	5
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	9

Fonte: SIAPE

Quanto ao item 6, na situação de 31/12/2012, uma servidora estava de licença gestante e quatro servidores estavam em licença para tratamento da própria saúde.

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	9	9	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	9	9	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8	8	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções gratificadas	38	36	2	2
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	30	28	0	2
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	7	7	2	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	47	45	2	2

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	9	16	25	29	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	6	15	23	29	27
1.3. Servidores com Contratos Temporários	3	1	2	0	2
2. Provimento de cargo em comissão	1	7	7	20	7
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	1	4	2
2.3. Funções gratificadas	1	6	6	16	5
3. Totais (1+2)	10	23	32	49	36

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	21	35	54	6	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	21	27	54	6	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	8	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	6	15	12	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	4	3	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	6	11	9	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	27	50	66	7	0

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	226	8
1.1 Voluntária	214	7
1.2 Compulsória	4	0
1.3 Invalidez Permanente	8	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	26	0
2.1 Voluntária	19	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	6	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	242	0

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	93	7
1.1. Integral	86	5
1.2. Proporcional	7	2
2. Em Atividade	101	0
3. Total (1+2)	194	7

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	01	0	01	0
Concessão de aposentadoria	08	13	08	13
Concessão de pensão civil	07	07	06	07
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	16	20	15	20

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	04	08	04	08
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	04	08	04	08

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	01	0	0	0
Concessão de aposentadoria	08	0	0	0
Concessão de pensão civil	07	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	16	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	04	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	04	0	0	0

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	1	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	1	0	0	0

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	67	0	0	0
Concessão de pensão civil	63	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	130	0	0	0

6.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UJ

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2012	2011	2010		
Assistente de Alunos	22	23	23	1	-
Assistente em Administração	23	23	23	-	-
Transcritor	14	13	13	-	-
Revisor	14	11	11	-	-
Impressor	09	06	06	-	-
Encadernador	15	17	17	-	-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>Desde 2003 a Direção do Instituto Benjamin Constant solicita ao Ministério da Educação autorização de abertura de concurso público para preenchimento de vagas e criação de cargos, ora ocupados por funcionários terceirizados. Durante esses anos, foram autorizados alguns concursos tanto para professores quanto para servidores técnico-administrativos. Entretanto o número de vagas disponibilizadas jamais atendeu as necessidades que se faziam cada vez maiores. Acrescente-se ainda, que as vagas autorizadas para os servidores técnico-administrativos ficaram bem abaixo daquelas abertas para os docentes, além de não suprirem, de forma alguma as demandas exigidas pela parte administrativa deste Instituto e nem para cobrir a substituição dos terceirizados.</p> <p>Aposentadorias, falecimentos, vacância motivada por servidores que se submeteram a outros concursos públicos, com remuneração mais vantajosa, provocaram o esvaziamento do quadro e, por conseguinte a manutenção da terceirização. Os vários compromissos assumidos por esta Instituição faziam com que fosse pleiteada a formação de um novo quadro de servidores efetivos já que a especificidade do trabalho executado exige pessoal mais qualificado, cuja permanência traz a possibilidade de planejamentos e programas institucionais terem maior consistência, conferindo a Instituição ações mais decisivas. A oscilação do quadro funcional sempre foi motivo de preocupação. Assim, insiste-se na solicitação.</p> <p>Em 18/09/2012, através da portaria MPOG 450, autorizou o IBC a realizar Concurso Público para o provimento de 71 cargos, sendo 33 docentes e 38 técnico-administrativos, número que não atende a determinação de substituição da terceirização no órgão.</p> <p>A pedido da SETEC/MEC encaminhamos uma planilha com a demanda dos cargos necessários, visando não só a substituição da terceirização como também a ampliação dos cargos já existentes, a fim de que o plano de expansão institucional pudesse lograr êxito.</p> <p>Em 2012 continuamos atendendo ao Ofício-Circular nº 133/2011/SE/CGU-PR, enviando através do Sistema de Transferência de Informações da CGU, o quadro com todos os dados referentes aos terceirizados.</p>					

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
<i>Instituto Benjamin Constant</i>	450	18/09/2012	19

Fonte: Diário Oficial da União – Portaria do Ministério do Planejamento

Os cargos para substituição de terceirizados serão Assistente de Alunos e Assistente em Administração.

Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição multifacetada: além da escola temos um grande parque gráfico, que atende a todo território nacional; um setor de capacitação, que promove cursos na Instituição para docentes e técnicos da Instituição, bem como para professores de todo País na área da deficiência visual; um Serviço Médico, que atua na área da prevenção da cegueira, inclusive

tendo a responsabilidade de supervisionar uma Residência Médica em Oftalmologia, serviço esse reconhecido como referência na área.

Somos classificados como Centro de Referência Nacional na área da deficiência visual. Por força de aposentadorias, mortes, vacâncias, etc., nosso corpo técnico-administrativo e docente vêm sofrendo, através dos anos, consideráveis baixas; alguns de nossos serviços sofrem estrangulamento por falta de pessoal. Outros atendimentos tiveram sua demanda extraordinariamente aumentada; houve, sem dúvida, uma expansão de nossas atividades.

O número de servidores lotados na Instituição é extremamente pequeno. Trabalha-se com terceirização, contratos temporários, estagiários e voluntários, fato que nos traz grande desestabilização, pois há sempre o temor da descontinuidade nos atendimentos oferecidos.

O Instituto Benjamin Constant, hoje, funciona com um quantitativo de funcionários terceirizados superior ao número de servidores concursados.

Apesar do quadro reduzido, o IBC vem cumprindo sua missão e atingindo as metas propostas. Isso está sendo possível, pois contamos com a força de trabalho terceirizado.

Para podermos ampliar nossas metas e atender, com a excelência que sempre nos caracterizou, todas as demandas que vêm surgindo em virtude da Política de Inclusão do Ministério de Educação, necessitamos da ampliação do nosso quadro de servidores.

O Instituto Benjamin Constant criou seu plano de capacitação de recursos humanos, conjugando os interesses institucionais e pessoais, a partir do resultado obtido com a tabulação dos questionários realizados com dirigentes e servidores. A implementação do mesmo vem acontecendo paulatinamente, de acordo com as disponibilidades orçamentárias específicas para o referido programa.

O Instituto Benjamin Constant não tem autonomia para estabelecer um cronograma próprio para substituir a mão de obra terceirizada por servidores do quadro permanente. Até o momento fomos contemplados com poucas autorizações para preenchimento de cargos vagos de nível superior e médio. Esse quantitativo, ainda é insuficiente para a referida substituição. Temos envidado esforços, junto ao Ministério da Educação, no sentido de preenchimento e criação de novos cargos, através de concurso público, para ampliação e melhoria no desempenho de nossas ações institucionais.

QUADRO A.6.17 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: 152004/00001							CNPJ: 00.394.445/0272-12						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	10/2008	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001-70)	14/03/2008	13/03/2013	40	40	**	**	**	**	P
2009	V	O	35/2009	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	28/12/2009	27/12/2012	**	**	20	20	**	**	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: 152004/00001							CNPJ: 00.394.445/0272-12						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	13	O	01/2006	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	09/03/2006	08/03/2012	**	**	84	84	4	4	E

2006	6	O	14/2006	CROLL EMPREENDEMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001-70)	23/05/2006	22/05/2012	21	21	**	**	**	**	E
2008	1	O	10/2008	CROLL EMPREENDEMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001-70)	14/03/2008	13/03/2013	40	40	**	**	**	**	P
2009	14	O	17/2009	MAXIMA LOCACAO DE MAO-DE-OBRA E SERVICOS LTDA (08.144.738/0001-34)	07/10/2009	06/10/2013	**	**	9	9	14	14	P
2009	5	O	19/2009	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	21/10/2009	20/10/2013	**	**	9	9	4	4	P
2009	3	O	35/2009	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	28/12/2009	27/12/2013	**	**	20	20	**	**	P
2011	11	O	22/2001	MRO SERVIÇOS LTDA - EPP (03.539.770/0001-03)	27/06/2011	26/06/2012	26	26	2	2	**	**	P
2011	14	E	52/2011	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	22/12/2011	19/06/2012	**	**	52	52	**	**	E
2012	13	E	06/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	09/03/2012	05/09/2012	**	**	84	84	4	4	E
2012	14	O	13/2012	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	19/06/2012	18/06/2013	**	**	52	52	**	**	A
2012	5	O	14/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	15/06/2012	14/06/2013	**	**	**	**	1	1	A
2012	6	E	16/2012	CROLL EMPREENDEMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001-70)	23/05/2012	31/07/2012	21	21	**	**	**	**	E

2012	6	O	26/2012	PRESERVA - CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA (09.186.082/0001-85)	01/08/2012	31/07/2013	21	21	2	2	**	**	A
2012	13	E	28/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	06/09/2012	05/03/2013	**	**	61	61	**	**	A
2012	13	O	29/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	08/10/2012	07/10/2013	**	**	22	22	5	5	A

Observação:**LEGENDA****Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	16	20	20	18	138.225,29
1.1 Área Fim	13	16	16	15	109.842,15
1.2 Área Meio	3	4	4	3	28.383,14
2. Nível Médio	6	6	7	7	35.732,59
2.1 Área Fim	5	3	4	5	25.382,12
2.2 Área Meio	1	3	3	2	10.350,47
3. Total (1+2)	22	26	27	25	173.957,88

7 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

RELAÇÃO DE VEÍCULOS											
REFERÊNCIA ANO 2012											
PLACA	MODELO	TIPO COMBUSTÍVEL	ANO	IDADE DA FROTA	MÉDIA ANUAL KM RODADO	GASTO COM COMBUSTÍVEL	GASTO COM REVISÃO	LOCAL DA REVISÃO	SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT	SEGURADORA	VALOR SEGURO S ANUAL 2012/2013
LLA 5462	ONIBUS	DIESEL	2009	4 ANOS	748	2.035,48	1.046,66	GOLDEN RIO	246,48	MAFRE	3.293,33
KNV 9703	ONIBUS	DIESEL	2009	4 ANOS	2625	2.820,00	2.504,75	TRANSRIO	246,48	MAFRE	3.480,90
LKP 2814	RENAULT	FLEX	2008	5 ANOS	12543	4.457,86	1.888,62	RENAULT EIFEL	105,25	MAFRE	1.877,83
KZY 0659	KIA BESTA	DIESEL	2005	8 ANOS	5397	3.249,10	2.260,76	KLAN MOTORS	246,48	MAFRE	2.792,02
KMY 6420	PARATI	GASOLINA	2001	12 ANOS	6187	2.869,67	6.643,67	REAL VEICULOS	105,25	MAFRE	1.904,15
LKZ 3745	KOMBI	FLEX	2009	4 ANOS	9935	4.779,39	773,15	REAL VEICULOS	105,25	MAFRE	2.000,00
LAI 0847	ONIBUS	DISEL	1994	19 ANOS	0	0,00	0,00	0	246,48	0	0,00

O fornecimento do combustível é através de cartão magnético personalizado da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Contratos Hom Ltda., que utiliza sistema de identificação, código do usuário e senha individual.

O veículo ônibus placa LAI 0847 esta desativado. Foram várias tentativas de leilão sem participante, ou seja, desertos. Estamos providenciando a doação para uma Instituição cadastrada e sem fins lucrativos.

CONTROLE DE ABASTECIMENTO REFERENTE AO ANO 2012														
VEICULOS		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
LLA 5462	ONIBUS	0,00	0,00	285,00	0,00	265,00	495,00	310,00	0,00	180,03	160,00	107,45	233,00	2.035,48
KNV 9703	ONIBUS	0,00	135,00	290,00	372,00	327,00	370,00	225,00	171,00	360,00	160,00	250,00	160,00	2.820,00
LKP 2814	RENAULT	420,00	421,42	299,25	375,21	393,00	397,22	381,36	322,49	278,00	452,40	360,63	356,88	4.457,86
KZY 0659	KIA BESTA	105,00	102,00	247,16	203,47	340,00	0,00	220,00	404,99	374,05	415,16	350,02	487,25	3.249,10
KMY 6420	PARATI	62,00	187,67	488,42	304,70	209,00	499,14	478,35	401,67	238,72	0,00	0,00	0,00	2.869,67
LKZ 3745	KOMBI	499,97	428,94	474,13	186,89	499,22	199,76	463,95	449,06	495,00	453,49	289,42	339,56	4.779,39
LAI 0847	ONIBUS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		1.086,97	1.275,03	2.083,96	1.442,27	2.033,22	1.961,12	2.078,66	1.749,21	1.925,80	1.641,05	1.357,52	1.576,69	

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1:	02	02
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com manutenção
152004	6001.03760.500-4	21	3	9.306.402,00	29/12/2005	9.306.402,00	1.345.000,00	3.387.153,83
152004	6001.03761.500-0	21	3	694.167,00	29/12/2005	694.167,00	-	-
Total							1.345.000,00	3.387.153,83

Análise Crítica

O valor apresentado como despesa com reforma corresponde ao resultado do Pregão para reforma do Parque Aquático do IBC.

As despesas apresentadas com a manutenção se referem aos dois imóveis, por estarem no mesmo terreno. Os imóveis requerem cuidados constantes, principalmente por ser uma instituição voltada para atendimento às pessoas com deficiência visual. A Administração se empenha em adaptar seus espaços para atender as normas de acessibilidade, regulamentadas por Lei.

Todos os projetos de reforma do Instituto Benjamin Constant são analisados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Artístico Cultural – INEPAC, que tombou o conjunto arquitetônico do IBC por volumetria.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
No item 1 deveria constar a opção: “Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição”. Por falta dela não tivemos como responder.	

Análise Crítica

Embora o Instituto Benjamin Constant tenha investido consideravelmente na ampliação de seu parque de informática, a Tecnologia da Informação e Comunicação enquanto estratégia para a própria instituição ainda se encontra em seu estágio inicial, focada, sobretudo, em aspectos operacionais formalizados através de nossa Política Geral de Informática.

A inexistência, no quadro de pessoal do IBC, de profissionais qualificados na área de TIC torna morosa a implantação de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), documento este

finalizado e encaminhado à Direção-Geral para aprovação somente em dezembro de 2012. Com a homologação do Concurso Público, que esta na fase final, serão nomeados um Analista e um Técnico de TI.

Temos um conjunto de diretrizes quanto à boa utilização dos recursos de TIC em nossa instituição. Nossa intenção é a fixação de metas e objetivos, através de um conjunto de programas e ações que façam da TI um importante instrumento para a continuidade do negócio do Instituto Benjamin Constant: o ensino, a reabilitação, a prevenção, a pesquisa e a extensão.

9 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais: A empresa SimpleSaude continua responsável pela Comissão do Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Saúde – PGRSS. A empresa continua treinando e monitorando os setores do IBC, ligados ao serviço médico, quanto aos procedimentos corretos para descarte de material perfurocortante e os setores ligados a nutrição, limpeza e conservação quanto ao uso de luvas, máscaras e sacos diferenciados para descarte correto do lixo. Iniciamos o contato com empresas para o descarte correto das lâmpadas fluorescentes. Até o momento não logramos êxito na contratação de uma cooperativa para recolhimento do lixo reciclável. A maioria não coleta na zona Sul ou não tem meio de transporte para fazê-lo. A partir de outubro de 2012 temos a participação de um servidor da Comissão Permanente de Licitação no grupo do GES-RIO, como representante do IBC, nas Atas de compras compartilhadas sustentáveis. No momento estão finalizando o quantitativo que cada órgão deseja desses materiais. Continuamos na busca do tipo de papel reciclado mais adequado para ser disponibilizado aos nossos alunos e reabilitandos, já que a coloração mais escura e a porosidade dificultam a leitura dos alunos de baixa visão;					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Projeto Esplanada Sustentável - PES, assinado pelo MEC – 23/11/2012	2012			O IBC faz parte do GES-RIO para participar das compras compartilhadas sustentáveis e realiza reuniões semanais com os diretores para redução de gastos.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	-0-	4.693.250und	1.530und	-0-	326.081,00	12.425,00
Água	310.579,00m	311.547,13m³	324.546,16m³	283.920,55	279.221,16	274.552,13
Energia Elétrica	501.018,25K	667.887,73kW	602.763,79K	389.262,82	494.200,91	405.466,06
			Total	673.183,37	1.099.503,07	692.443,19

10 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 – Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1 CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC026.595/2011-7	8058/2012-TCU 2ª Câmara	1.7	RE	Ofício 2609/2012- TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Descrição da Deliberação:					
<p>Processo TC-026.595/2011-7 Prestação de contas exercício 2010</p> <p>1.7.1 Existência de 07 de atos de pessoal (admissão, aposentadoria e pensão) pendentes de cadastramento no SISAC;</p> <p>1.7.2 Falta de registro no SIASG de 05 contratos no valor de R\$404.265,17 – falta de publicação dos mesmos;</p> <p>1.7.3 Existência de imóveis com data de avaliação vencida, bem como falta de inclusão no inventário da unidade da parte referente aos bens imóveis;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento Administração - DPA					
Síntese da providência adotada:					
<p>1.7.1 Já foram regularizadas as 07 portarias no SISAC. Por sugestão do OCI foi criada uma ferramenta de controle na Divisão de Pessoal para que não volte a ocorrer esta falha.</p> <p>1.7.2 Já foram regularizados os registros dos 05 contratos no SIASG e feitas as devidas publicações no DOU nº 92 de 16/05/2011 e DOU nº 94 de 18/05/2011</p> <p>1.7.3 Atualizamos a metragem das áreas do IBC, após contratação de uma arquiteta. Aguardamos reativação da senha do SPIUNET para regularização dos imóveis do IBC.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.10.1 CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC026.595/2011-7	8058/2012-TCU 2ª Câmara	1.8	RE	Ofício 2609/2012- TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Descrição da Deliberação:					
<p>Processo TC-026.595/2011-7 Prestação de contas exercício 2010</p> <p>1.8.1 Implante um setor de Auditoria Interna no Instituto, bem como, o Código de Ética próprio;</p> <p>1.8.2 Faça gestão aos setores ministeriais cabíveis a fim de realizar concursos públicos que supram as atuais carências de pessoal próprio, para substituir pessoal temporário e terceirizado, em especial, nas atividades da área – fim;</p>					

1.8.3 Aperfeiçoe a sistemática de entrega e tratamento de declarações de bens e rendas;	
1.8.4 Insira quesitos de sustentabilidade ambiental de bens e serviços, bem como, agregue valores ambientais aos programas internos de capacitação, mobilização e motivação dos servidores;	
1.8.5 Reforce a atuação da área de tecnologia da informação do Instituto, com contratação de pessoal especializado por meio de concursos públicos, capacitação do pessoal já lotado nessa área, implantação dos planos estratégicos de tecnologia de informação e de segurança da informação e orientação ministerial para alinhamento às políticas unificadas no setor.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Direção Geral	
Síntese da providência adotada:	
1.8.1 Foi criada a Comissão de Auditoria Interna, através da Portaria nº 196 de 04/12/2012. Os membros da Comissão de Ética estão implantando, após capacitação dos mesmos, no Curso de Gestão e Apuração da Ética (Turma IV), promovido pela Comissão de Ética Pública, em Brasília e realizado nos dias 28 a 30 de agosto de 2012. Foi informado, no referido curso, que não existe obrigatoriedade de concepção de Código de Ética próprio, pois, na ausência deste a comissão desenvolverá seus trabalhos seguindo as diretrizes do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1171/94) e como regimento interno a resolução nº 10 da CEP, que estabeleça as normas de funcionamento e o rito processual.	
1.8.2 A Portaria MPOG nº 450 de 18/09/2012 autorizou o provimento de 33 cargos da carreira de professor e 38 de técnico-administrativos. O resultado do Concurso Público, Edital nº 4/2012 de 14/12/2012, está previsto para o dia 03 de abril de 2013. O MEC comprometeu-se a prover, ao longo dos anos de 2013 e 2014, mais vagas para suprir todas as carências em todas as atividades desenvolvidas pelo IBC.	
1.8.3 A Divisão de Pessoal criou formulário de autorização de acesso à Declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física. A adesão foi de 90%.	
1.8.4 Com a adesão às Atas do GES-RIO, compras compartilhadas sustentáveis, estamos dando início a implantação do processo de sustentabilidade ambiental dentro do IBC. Foram feitas reuniões com os servidores para sensibilização quanto à reciclagem de lixo e descarte de pilhas.	
1.8.5 Dentre os 38 cargos técnico-administrativos do Concurso Público em andamento serão admitidos 01 analista de TI e um técnico de TI (nível médio). O PDTI apresentado pelo Coordenador Geral de Informática está em análise pelo Assessor da Direção Geral para posterior apresentação ao Conselho Diretor para aprovação.	
Síntese dos resultados obtidos	

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Análise Crítica

O Instituto Benjamin Constant, além de um quadro de pessoal reduzido, tem uma enorme carência de pessoal qualificado, o que prejudica bastante o cumprimento das demandas, conforme ocorreu com o item 1.7.2 que foi resolvido dentro do prazo e não foi respondido, mesmo após inúmeras cobranças da Direção Geral, ocasionando o não cumprimento da recomendação do OCI. Este fato deixa claro a necessidade de mais controle dos chefes e diretores de Departamento, quanto ao trabalho de seus subordinados. A partir de 18/09/2012 foi nomeado novo diretor para o Departamento de Planejamento e Administração.

QUADRO A.10.2 SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
IINSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC026.595/2011-7	8058/2012-TCU 2ª Câmara	1.7	RE	Ofício 2609/2012- TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Descrição da Deliberação:					
1.7.3 Existência de imóveis com data de avaliação vencida, bem como falta de inclusão no inventário da unidade da					

parte referente aos bens imóveis;	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-DPA	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
As áreas do IBC estavam defasadas, já que ampliamos alguns espaços, e só com a contratação de uma arquiteta conseguimos terminar esse trabalho. No momento estamos reativando a senha junto ao SPIUNET para regularizar os imóveis do IBC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Falta de servidor no quadro com formação (arquiteto) dificulta o inventário dos imóveis no SPIUNET.	

QUADRO A.10.3 RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	OS: nº 201108903	Constatação nº 009	Nota Técnica nº 124/2012/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 – Implementar / aprimorar rotinas de acompanhamento dos contratos vigentes, incluindo prazos e valores, que permitam aos gestores manterem a atualização permanente e precisa do SIASG e dos instrumentos de controles internos			
Recomendação 002 – Regularizar a publicação dos contratos 22/2010; 28/2010; 33/2010; 35/2010; 39/2010, para atender ao disposto no Parágrafo Único do art. 61, da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas – As recomendações foram providenciadas e os contratos publicados no DOU de 16/05/2011 e 18/05/2011			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração - DPA			
Síntese da providência adotada:			
Servidor designado para assumir a responsabilidade pela criação de uma planilha de acompanhamento dos prazos e valores mantendo a Diretora do DPA informada, conforme recomendação do OCI.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhor controle do DPA.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Falta de pessoal qualificado e quadro reduzido de servidores prejudica bastante a implantação de boas práticas.			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	OS: nº201108903	Constatação 018	Nota Técnica nº 124/2012/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	00251
Descrição da Recomendação:	
Recomendação nº 001 – Recomendamos que a unidade realize a reavaliação dos 2 imóveis sob sua responsabilidade, e que adote rotina para verificação da validade dessas datas a cada dois anos, a fim de manter seus registros atualizados.	
Providências Adotadas – Foi providenciada a mediação dos 2 imóveis, com a finalidade de regularizá-los junto ao SPIUNET, o que ainda não foi possível, pois, o DPA aguarda a reativação da senha.	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração	
Síntese da providência adotada:	
Contratação da arquiteta que providenciou a medição. A regularização no SPIUNET depende da reativação da senha.	
Síntese dos resultados obtidos	

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O acúmulo de funções por falta de servidor qualificado acaba prejudicando o cumprimento das normas dentro dos prazos.	

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	OS: nº201108903	Constatação 018	Nota Técnica nº 124/2012/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 001 – Recomendamos que a unidade realize a reavaliação dos 2 imóveis sob sua responsabilidade, e que adote rotina para verificação da validade dessas datas a cada dois anos, a fim de manter seus registros atualizados.			
Providências Adotadas – Foi providenciada a mediação dos 2 imóveis, com a finalidade de regularizá-los junto ao SPIUNET, o que ainda não foi possível, pois, o DPA aguarda a reativação da senha do servidor responsável.			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O servidor responsável necessitava das medições atualizadas, o que só agora foi providenciado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Aumento do quadro para uma melhor divisão de tarefas.			

10.2 – Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Instituição formou sua Comissão de Auditoria Interna no final do exercício de 2012, subordinada à Direção Geral, não constando do organograma do IBC.

10.3 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei Nº 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	3	4	50
	Entregaram a DBR	3	4	50
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Divisão de Pessoal do Instituto Benjamin Constant

10.4 – Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
 DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



DECLARAÇÃO

Eu, AUGUSTO ERNESTO DE MATTOS BAGANHA, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº 374.265.407-15, Supervisor da Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, do Instituto Benjamin Constant declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente no Sistema Integrado de administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.


 Augusto Ernesto de Mattos Baganha
 CPF nº 374.265.407-15
 Supervisor

Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
 Instituto Benjamin Constant

11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Instituto Benjamin Constant - IBC** que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante ao que se segue:

- a) A ausência do registro mensal da Depreciação de Bens, bem como a falta de envio mensal à Setorial Contábil das informações sobre a consistência entre os saldos contábeis e os saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Almoxarifado- RMA e no Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB, destinados a subsidiar o registro da conformidade contábil, caso em que compromete a situação patrimonial da unidade.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 28 de Março de 2013.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Núcia Ferreira da Silva'.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada